



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO PJECOR N.º: 0000212-80.2022.2.00.0808**

**UNIDADE JUDICIÁRIA: Vara de Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude e Acidentes do Trabalho do Juízo de Viana/ES - Comarca da Capital**

**JUIZ TITULAR: Dr. Augusto Passamani Bufulin**

**ASSUNTO: Correição Virtual – 2022**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

**VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E ACIDENTES DO TRABALHO DO JUÍZO DE VIANA/ES - COMARCA DA CAPITAL**

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **Vara de Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude e Acidentes do Trabalho do Juízo de Viana/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 049/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 08/08/2022.

**1. METODOLOGIA UTILIZADA**

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **Vara de Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude e Acidentes do Trabalho do Juízo de Viana/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

## 2. ESTRUTURA FUNCIONAL

### Juiz Responsável

Juiz	Vínculo	Ato
Augusto Passamani Bufulin	Titular	nº 645/2014 - 09/12/2014

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 01/11/2022)

### Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Layla Celante dos Reis	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria - Ato nº 580/16 - 28/04/2016
Candida Silva de Moraes	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituta - Ato nº 552/17 - 09/10/2017
Danielle Strelow Hilger	Analista Judiciário - AE - Psicologia	-
Elizabeth Pereira de Souza	Analista Judiciário - AE - Psicologia	-
Dulcelina Fraga Ferreira	Analista Judiciária - AE - Serviço Social	-
Sonia Pereira do Nascimento	Analista Judiciária - AE - Serviço Social	-
Thatiane Teixeira Silva Franco	Analista Judiciária - AE - Serviço Social	-
Edson Jorge Apoitia	Analista judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e Juventude	-
Robson Bernabé de Abreu	Analista judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e Juventude	-
Suheyly Fonseca Misirli Verhoeven	Analista judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e Juventude	-
Davi Batista Rocha	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 01/11/2022)

### Servidores à disposição de outras Unidades


Servidor (a)	Cargo	Observação
Patricia Zoghaib	Analista Judiciário -AJ - Direito	Respondendo pelo cargo de CHEFE DE SEÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS da DIRETORIA DO FORO de VIANA

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 01/11/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a secretaria da **Vara de Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude e Acidentes do Trabalho do Juízo de Viana/ES**. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e

judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no site do Tribunal de Justiça<sup>1</sup>, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 10 (dez) servidores (levando-se a crer que foram considerados todos os servidores da Unidade, incluindo os cargos de Comissário de Justiça da Infância e da Juventude, Serviço Social e Psicologia) e a lotação paradigma é de 02 (dois) servidores, vejamos:

<div>  <b>TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>                      TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo                      Referência: 01 de julho de 2022                 </div>										
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJES										
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	E - INFÂNCIA	VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DE ACIDENTES DO	ES	VIANA	2	10	0	1	0	0

1 Disponível em: [http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1\\_jan2022-PADR%C3%83O.pdf](http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf) . Consulta realizada em 01/11/2022.

### 3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

#### Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	274	23
Janeiro a dezembro de 2021	525	44

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 01/11/2022)

#### Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	1.152
2021	1.275

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 01/11/2022)

#### Acervo atual

	Novembro 2022
Total	1.248
Suspensos ou sobrestado	0
Arquivados provisoriamente	1
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>1.247</b>

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

#### 4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

##### Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos <b>conclusos</b>	<b>598</b>	<b>651</b>
Conclusos para <b>sentença</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>decisão</b> há mais de 100 dias	0	<b>360</b>
Conclusos para <b>despacho</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>ato diverso</b> há mais de 100 dias	0	<b>5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 01/11/2022)

##### Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	36	15
Quantidade de audiências designadas para <b>mais de 4 meses</b>	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 01/11/2022)

#### 5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

##### Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 01/11/2022)

##### Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	0	<b>2</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 01/11/2022)

##### Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	0	<b>1</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 01/11/2022)

##### Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	2	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 01/11/2022)

## Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	0	3

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 01/11/2022)

## Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	2	2

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 01/11/2022)

## 6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

### Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
102,2%	Meta <b>cumprida</b>

### Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
97%	Meta <b>não cumprida</b>

### Meta 8 CNJ/2021 (Foco: Feminicídio e Violência Doméstica)

Identificar e julgar, até 31/12/2021: 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Percentual obtido	Resultado
200%	Meta <b>cumprida</b>

(Fonte: Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

## 7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

### 7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 10/08/2022, revelou a existência de **598 (quinhentos e noventa e oito)** processos em gabinete para análise do Magistrado, não havendo processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 01/11/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve um aumento, totalizando **651 (seiscentos e cinquenta e um)** processos e o quantitativo de processos **com registro de excesso de prazo de conclusão aumentou para 365 (trezentos e sessenta e cinco) feitos**.

Diante da situação apresentada, mostra-se necessário que o Juízo adote, com urgência, as medidas necessárias visando o impulsionamento dos processos paralisados em gabinete, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.

Ademais, observa-se que a Meta 2 CNJ no ano de 2021 não foi cumprida, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nestas.

Por fim, registra-se que a única pendência encontrada no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA foi devidamente sanada pelo Juízo, conforme demonstra o documento juntado pelo MM. Juiz através do id. 2137688.

## 7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar que as pendências verificadas na secretaria da unidade são poucas, não havendo alterações relevantes nos registros entre os dois levantamentos de dados.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que no primeiro levantamento de dados, não constavam processos na referida situação, contudo, após a 2ª fase da correição, o quantitativo subiu para 02 (dois) feitos.

Desse modo, recomenda-se que a secretaria adote as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Com relação aos processos em carga externa, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, compulsando a listagem atualizada, extraída em 01/11/2022, infere-se que 02 (dois) mandados permanecem sem devolução.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

## 8. DETERMINAÇÕES

### 8.1 Ao Juiz Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade	<b><u>Encaminhe</u></b> impreterivelmente no prazo de <b>30 (trinta) dias, relatório detalhado</b> à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;

judiciária	<b><u>Adote</u></b> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;
Processos conclusos há mais de 100 dias	<b><u>Adote</u></b> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação;  <b><u>Promova</u></b> o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ;
Metas Nacionais CNJ	<b><u>Monitore</u></b> , semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.

## 8.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Juntada de petições	<b><u>Regularize</u></b> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;  <b><u>Observe</u></b> , doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;
Mandados expedidos	<b><u>Mantenha</u></b> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <b><u>procedendo</u></b> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;
Processos em carga externa	<b><u>Providencie</u></b> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;  <b><u>Adote</u></b> , no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;

## 9. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 9.1. Ao Juiz Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<b><u>Observe</u></b> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<b><u>Utilize</u></b> os atos judiciais dinâmicos (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema e-JUD, evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

### 9.2. À Chefe de Secretaria Substituta

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Cartas precatórias	<b><u>Observe</u></b> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante.
Juntada de petições	<b><u>Proceda</u></b> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85);
Processos em carga	<b><u>Relacione</u></b> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <b><u>promova</u></b> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
Observância aos comandos exarados	<b><u>Fiscalize e implemente</u></b> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso,



pelo Magistrado	conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.
Processos aptos ao arquivamento	<u>Archive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **Vara de Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude e Acidentes do Trabalho do Juízo de Viana/ES** apresenta bons indicadores de desempenho e organização, em que pese a identificação de algumas inconsistências na movimentação processual, bem como o aumento do quantitativo de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, verificado após a 2ª fase da correção.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Chefe de Secretaria para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz titular por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumho a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 01 de novembro de 2022.

**Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA**

**Corregedor Geral da Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 16/11/2022, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1375007** e o código CRC **50DBFC0E**.